



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Relatório Final

Petição N.º 38/XV/1.ª

1.ª Peticionante: Cláudia Maria Cordeiro da Costa

N.º de assinaturas: 3030

Relator: Deputado Alexandre Poço (PSD)

Assunto: Pela defesa do património arqueológico nos claustros da Sé Patriarcal de Lisboa

Índice

I – Nota Prévia

II – Objeto da Petição

III - Análise da Petição

IV – Diligências efetuadas pela Comissão

a) Pedidos de informação

b) Audição dos peticionários

c) Requerimento apresentado pelo GP/PS para audição do Diretor Geral do património Cultural sobre as obras na Sé de Lisboa e visita ao local das obras de valorização dos Claustros da Sé Patriarcal de Lisboa.

V – Opinião do Relator

VI – Conclusões

I – Nota Prévia

A Petição nº **38/XV/1.ª**, cujo primeira signatária é Cláudia Maria Cordeiro da Costa, com 3030 assinaturas, deu entrada na Assembleia da República a 24 de julho de 2022, tendo baixado à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto enquanto comissão competente na matéria.

Após apreciação da respetiva nota de admissibilidade, a petição foi definitivamente admitida e posteriormente nomeada como relator o Deputado ora signatário para a elaboração do presente relatório.

De referir que, dado que a petição em análise é subscrita por 3030 cidadãos, nos termos do n.º 5 do artigo 17.º do RJEDP, é obrigatória a nomeação de Relator, a audição do peticionário na Comissão (artigo 21.º, n.º 1, do RJEDP) e a publicação no *Diário da Assembleia da República* (artigo 26.º, n.º 1, alínea a), do RJEDP). Já a sua apreciação em Plenário não é obrigatória (artigo 24.º, n.º 1, alínea a), *a contrario*, do RJEDP).

II – Objecto da Petição

Os subscritores da presente petição manifestam a sua preocupação pelo facto de considerarem que o “Projeto de Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa – 2ª Fase – Instalação do Núcleo Arqueológico e Recuperação do Claustro da Sé de Lisboa” continua a colocar em risco o monumental edifício islâmico integrável no complexo da mesquita aljama de al-Ushbuna.

Após o abandono da 1.ª revisão do projeto, em novembro de 2021, imposto pela então Ministra da Cultura, a Direção Geral Património Cultural (DGPC) apresentou uma 2.ª revisão do projeto e anunciou o reinício da obra e das escavações.

Segundo os peticionantes, esta 2.ª revisão do projeto continua a prever fortíssimas destruições no edifício islâmico, nas estruturas romanas, no Claustro dionisino e sua cisterna, pelo que temem que não esteja garantida a salvaguarda das estruturas arqueológicas ali existentes.

Apesar deste risco identificado pelos subscritores da petição em análise, a DGPC e a Secretária de Estado consideram que não existe qualquer hipótese de proceder a mais uma revisão do projeto. Ou seja, o piso -1 sob o Claustro Sul terá de ser construído, se bem que dão a garantia de encontrar soluções para evitar as destruições que pendem sobre o edifício islâmico.

Assim, vêm os peticionantes solicitar uma nova revisão do projeto, anulando de vez o piso subterrâneo, garantindo estabilidade, preservação e total visibilidade de todo o conjunto patrimonial e arqueológico da Sé Catedral de Lisboa.

III – Análise da Petição

De acordo com a nota de admissibilidade, o objeto da petição em análise «*está especificado e o texto é inteligível*», estando também presentes os demais requisitos formais estabelecidos nos artigos 9.º e 17.º do RJEDP, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 6/93, de 1 de março, 15/2003, de 4 de junho, 45/2007, de 24 de agosto, 51/2017, de 13 de julho, e 63/2020, de 29 de outubro.

Consultada a base de dados da atividade parlamentar, verificou-se que existiram as seguintes iniciativas sobre matéria idêntica ou conexa:

- Projeto de resolução n.º 890/XIV/2.ª (PCP) - *Recomenda a salvaguarda integral, adequada valorização e integração museológica do conjunto monumental de estruturas arqueológicas islâmicas localizadas no claustro da Sé de Lisboa;*

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

- Projeto de resolução n.º 924/XIV/2.ª (BE) - *Salvaguarda, musealização e valorização do conjunto monumental islâmico da Sé de Lisboa;*
- Projeto de Resolução n.º 934/XIV/2.ª (CDS-PP) - *Recomenda a finalização urgente das obras da Sé Patriarcal de Lisboa de modo a garantir a necessária estabilidade e integridade do edifício e a salvaguarda dos vestígios muçulmanos nos claustros;*
- Projeto de resolução n.º 952/XIV/2.ª - (Os Verdes) - *Preservação e integração museológica dos vestígios arqueológicos islâmicos na Sé de Lisboa;*
- Projeto de resolução n.º 960/XIV/2.ª (Joacine Katar Moreira, N. Insc) - *Recomenda a salvaguarda integral, valorização e integração total do conjunto monumental da mesquita aljama medieval islâmica de al-Ushbuna no claustro da Sé de Lisboa;*
- Projeto de Resolução 974/XIV/2.ª (PSD) - *Sé Patriarcal de Lisboa – Recomenda divulgação integral dos pareceres e projetos relativos às obras de Recuperação e Valorização em curso e a salvaguarda da segurança estrutural;*
- Projeto de Resolução 1005/XIV/2.ª (PS) - *Recomenda a salvaguarda e valorização dos achados arqueológicos recentes na Sé Patriarcal de Lisboa, assegurando a sua fruição pelos visitantes.*

Estas iniciativas foram aprovadas na generalidade na reunião plenária de 11 de março de 2021 e o texto final apresentado pela Comissão de Cultura e Comunicação foi aprovado na votação final global na reunião plenária de 8 de abril de 2021, que deu origem à Resolução da Assembleia da República n.º 125/2021 - *Recomenda ao Governo a salvaguarda do conjunto monumental islâmico da Sé de Lisboa, prevendo a integração museológica, preservação, estudo e valorização dos respetivos vestígios arqueológicos.*

IV – Diligências efectuadas pela Comissão

a) Pedidos de informação

Tendo em consideração a matéria objeto da presente petição, foram levadas a cabo diligências com vista à pronúncia por parte Ministério da Cultura.

b) Audição dos peticionários da Petição n.º 38/XV/1.ª - Pela defesa do património arqueológico nos claustros da Sé Patriarcal de Lisboa

No dia 21 de setembro procedeu-se à audição de Cláudia Costa, Jacinta Bugalhão e Regis Barbosa em representação dos peticionários.

A ata da audição, elaborada pelos serviços da Comissão, destaca o seguinte:

«Dando início à reunião, o Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputado Luís Graça, começou por explicar que o tema da petição já era do conhecimento dos Senhores Deputados uma vez que a Comissão tinha concedido, recentemente, uma audiência ao Movimento Cívico Preservação do património arqueológico da Sé Catedral de Lisboa, representado pelos mesmos arqueólogos que agora representavam os peticionários da Petição n.º 38/XV/1.ª.

De seguida, cumprimentou os peticionários presentes, Jacinta Bugalhão, Regis Barbosa e Cláudia Costa, explicou a grelha de tempos e deu-lhes a palavra para a intervenção inicial.

Os peticionários começaram por explicar que a petição em questão havida sido lançada em 2020, motivada pela denúncia pública que dava conta que as estruturas islâmicas descobertas em 2018 e interpretadas pelos especialistas como correspondentes às ruínas da mesquita “aljama” de Lisboa seriam destruídas com o início das obras na Sé de Lisboa. Informaram também que o conhecimento público desta situação conduziu a

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

um grande movimento cívico, nomeadamente das academias, para evitar que as estruturas fossem destruídas.

Esclareceram também que o texto da petição alude à preservação integral das estruturas islâmicas, mas no decurso da obra foram sendo identificadas novas estruturas de outras épocas, nomeadamente romanas. Com a pressão mediática realizada, o projeto acabou por ser revisto em 2021, mas consideram que a sua revisão se centrou em pequenos pormenores, sem respeitar o conjunto integral das estruturas islâmicas, colidindo com as outras estruturas, muitas entretendo destruídas com o decurso da obra e mantendo a construção do piso -1 sem uma função museológica definida, com o argumento de que era o garante estrutural do claustro do século XIII da Sé de Lisboa.

Argumentaram que a sua experiência enquanto arqueólogos lhes permite saber que a solução estrutural do piso -1 não é a única e, por isso, pediram um parecer a uma empresa independente de engenharia (A2P CONSULT - Estudos e Projectos, Lda) que já visitou a obra e tem na sua posse o projeto de arquitetura e de estruturas, estando previsto que o parecer possa estar concluído nas próximas semanas.

Deram nota de alguns dos atentados ao património sofridos no decurso da obra, nomeadamente com a abertura da porta no claustro da Sé para a Rua das Cruzes, a construção de uma rampa em betão armado junto à cisterna dionísia e a destruição de várias estruturas do período romano. Em relação ao piso -1 (e mesmo sem o parecer da «A2P CONSULT - Estudos e Projectos, Lda») afirmaram terem já a confirmação de que esse piso não tem uma função estrutural, sendo uma opção do projeto que apenas implica a destruição de grande parte dos vestígios islâmicos.

Os peticionários alegaram que desde que foram recebidos pela Comissão, em julho de 2022, já foram levadas a cabo muitas destruições e que a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) só entregou o projeto ao Movimento Cívico 34 dias úteis após ter sido

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

solicitado e que a visita ao local só foi efetuada 37 dias úteis após o pedido. Afirmaram que o projeto ainda não tinha sido alterado, continuando a ameaçar a preservação do património arqueológico. Nesse sentido, reivindicam o abandono da construção do piso -1 e a recuperação e valorização do património que ainda existe.

Pediram uma intervenção urgente da Comissão, uma vez que se está a entrar numa fase do não retorno, que visite a obra. Aquando for feita essa visita solicitam que a Comissão informe o Movimento Cívico para que possa estar presente e alertar para os aspetos relevantes que estão em causa.

Solicitaram também que a Comissão procedesse à audição formal do Senhor Ministro da Cultura, da Senhora Secretária de Estado da Cultura, do Senhor Diretor Geral do Património Cultural, das arqueólogas diretoras da escavação (Ana Gomes e Alexandra Gaspar), das outras associações que estiveram envolvidas na defesa deste património (Associação dos Arqueólogos Portugueses, Centro de Arqueologia de Almada, Fórum Cidadania Lx), dos especialistas académicos (Hermenegildo Fernandes, Susana Gómez Martínez, Santiago Macias, Carlos Fabião e Manuel Fialho), dos projetistas (Adalberto gomes e Anibal Costa), do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) - que emitiu um parecer sobre os problemas estruturais do monumento - e do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Pediram ainda, caso fosse possível a extensão do prazo para a recolha online de assinaturas para além do dia 14 de outubro de 2022. No final da intervenção o Senhor Presidente deu nota que já tinha sido agendada uma visita à Sé de Lisboa, mas que, em virtude do reagendamento das jornadas parlamentares da IL, ficou sem efeito. Acrescentou que com o atual calendário da Comissão será difícil que a visita ao local, bem como a audição requerida, possa ter lugar antes do Orçamento do Estado. Em relação à extensão do prazo de assinaturas, o Senhor Presidente disse que da sua parte não via qualquer inconveniente, mas que iria esclarecer com os serviços se tal era possível.

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Alexandre Poço (PSD), Pedro Delgado Alves (PS) e Joana Mortágua (BE) que teceram algumas considerações relativas às preocupações referidas pelos representantes do Movimento Cívico, dirigindo-lhes, também, algumas perguntas e esclarecimentos. No final, os representantes do Movimento Cívico responderam às questões formuladas.»

A audição foi gravada em suporte vídeo, constituindo parte integrante desta ata, dispensando-se o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

- c) Requerimento apresentado pelo GP/PS para audição do Diretor Geral do Património Cultural, sobre as obras na Sé de Lisboa e visita ao local das obras de valorização dos Claustros da Sé Patriarcal de Lisboa.**

No dia 13 de outubro realizou-se a audição do Diretor Geral do Património Cultural e dos elementos da equipa responsável pela intervenção nos Claustros da Sé Patriarcal de Lisboa, sobre as obras na Sé de Lisboa e no dia 20 de outubro teve lugar uma visita de trabalho da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto à Sé de Lisboa.

Consta da ata da audição elaborada pelos serviços da Comissão:

«O Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputado Luís Graça, deu as boas-vindas ao Senhor Diretor Geral do Património Cultural, João Carlos dos Santos, e aos elementos da equipa responsável pela intervenção nos Claustros da Sé Patriarcal de Lisboa, Catarina Coelho, Subdiretora Geral do Património Cultural, e Aníbal Costa, coordenador do projeto de especialidades, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Por acordo entre todos os Grupos Parlamentares, o Senhor Diretor Geral do Património Cultural fez uma apresentação inicial, que pode ser consultada na página da Comissão, dando o Senhor Presidente de seguida a palavra ao Grupo Parlamentar proponente do requerimento para fazer a sua apresentação.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) referiu que a audição ao Senhor Diretor Geral do Património Cultural nasceu do contexto de uma petição apresentada à Assembleia da República e que está neste momento a ser apreciada no seio da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, mas que anteriormente o Parlamento já tinha aprovado uma resolução que recomendava ao Governo que fosse revisto o projeto da Sé no sentido de se conservar, tanto quanto possível, os vestígios entretanto descobertos nas fases subseqüentes das escavações, resolução essa na qual já se sublinhava a necessidade de garantir elementos de difícil compatibilização entre si: por um lado, a matéria da estabilidade estrutural do edifício e, por outro, a vontade de preservação do local dos achados ou, quando não possível, a sua musealização por outra via, mas também o objetivo que desde o início se propunha acautelar e que era o de garantir que o espaço fosse acessível, visitável e musealizável e que se cumprissem os normativos entretanto em vigor em matéria de acessibilidades de espaços como este (e, aditou, nem sempre ser possível assegurar todos estes quatro eixos ou todos os elementos em presença).

Reportou-se também à diminuição substancial do betão e ao recuo das estruturas que constavam nas versões iniciais do projeto, que assentava no pressuposto de que não havia achados arqueológicos naqueles locais. Perguntou se a solução encontrada pressupõe, por um lado, que continue a existir área técnica e se a sua dimensão é ajustada a este recuo de betão e se, por outro, se mantém ou não a ideia de ter um núcleo expositivo no próprio espaço para aqueles achados que poderão eventualmente ficar expostos naquilo que vier a ser a zona visitável.

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Referiu igualmente que outra questão importante tem a ver com a visibilidade dos achados e com a construção do piso -1, que potencialmente poderá ser um obstáculo para o visitante que pretenda ter uma noção do conjunto ali exposto. Nesse sentido, perguntou se o piso -1 torna mais visível ou não aquilo que são os achados arqueológicos e como é que tudo isto se pode compatibilizar com a estabilidade estrutural que é necessária para repor o piso do claustro à superfície do topo.

Debruçou-se também sobre a eventual existência, por força das normas de segurança e de evacuação, de um acesso, de uma saída de emergência por via das Cruzes da Sé ou se esse elemento da primeira versão do projeto foi removido.

Por último, perguntou se a cisterna está incluída no processo de musealização e da visita, se o risco da sua própria integridade está superado e se os graffitis islâmicos estão visíveis e integrados no percurso expositivo, permitindo ter esta componente adicional que a campanha arqueológica revelou.

Usou, de seguida, da palavra o Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) reportou-se, em primeiro lugar, à linguagem ofensiva e às acusações muito graves feitas recentemente pelos defensores deste património arqueológico e que podem colocar em causa, inclusivamente, a dignidade pessoal e profissional do Senhor Diretor Geral do Património Cultural, acusando os serviços que tutela de não acautelar a salvaguarda das ruínas arqueológicas.

Quanto à possibilidade de usufruto dos vestígios arqueológicos descobertos ao longo das últimas décadas, e que foram progressivamente revelados pelas escavações, perguntou se a DGPC procedeu à realização de alterações ao projeto de arquitetura e de especialidades de engenharia sempre que se revelou necessário e o que é que levou esta entidade a emitir, em setembro de 2020, um despacho que previa o desmonte dos vestígios da mesquita, o que, aliás, motivou um enorme movimento de contestação por parte dos especialistas, ao invés de avançar com alterações ao projeto de forma a

salvaguardar o conjunto monumental das estruturas islâmicas localizadas no Claustro da Sé.

Perguntou igualmente se a DGPC, ao ser obrigada a reverter a sua posição devido ao facto de o Ministério da Cultura ter decidido que «os vestígios em causa devem ser conservados, musealizados e integrados no projeto de recuperação e musealização da Sé Patriarcal de Lisboa», alterou o projeto de arquitetura tendo em conta todos os contributos e pareceres das diversas entidades que visam a salvaguarda do património.

Questionou de seguida o Senhor Diretor Geral acerca da posição defendida por alguns que a última versão do projeto continua a prever fortíssimas destruições do edifício islâmico, das estruturas romanas, do claustro e da cisterna, defendendo, nesse sentido, uma nova revisão do projeto anulando de vez o piso subterrâneo, garantindo estabilidade, preservação e total visibilidade de todo o conjunto patrimonial.

Por último, perguntou ao Senhor Diretor Geral quando é que terminam as obras de recuperação e valorização da Sé e se tem condições de garantir a estabilidade do Claustro e que o máximo número de vestígios será conservado, musealizado e integrado no projeto de recuperação.

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) começou por frisar que o Grupo Parlamentar do Chega dá grande importância à salvaguarda deste património cultural e histórico que representa a Sé Patriarcal de Lisboa, tendo todo o interesse em discutir e apreciar as obras que têm sido levadas a cabo em tão relevante monumento do nosso país.

Lembrou que após o início da empreitada adjudicada da instalação do núcleo arqueológico e da recuperação dos claustros da Sé no início de 2018, vieram a público a identificação dos vestígios monumentais do edifício islâmico na ala sul do Claustro, o que levou a que tivesse de ser feita a primeira alteração ao projeto de agosto de 2019

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

de forma a integrar os novos vestígios arqueológicos na obra tendo em conta a relevância patrimonial que representavam e que representam. A primeira grande alteração ao projeto foi abandonada, tendo a DGPC apresentado uma segunda revisão ao projeto e o retomar das obras das escavações.

Perguntou ao Senhor Diretor Geral se com o arrancar da última fase de preservação da Sé Patriarcal de Lisboa estão devidamente salvaguardadas as estruturas arqueológicas do monumento, se o tal piso -1 irá mesmo avançar e se tem noção dos danos que esta construção pode trazer para o nosso património ou se tem soluções a apresentar que salvaguardem na íntegra todo este conjunto patrimonial que representa todo um passado milenar sagrado e único da cidade de Lisboa, que não pode jamais ser vítima de projetos revisionistas e que melindrem o passado que esta representa.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) iniciou a sua intervenção referindo-se à contradição das decisões tomadas até ao presente e que foram sendo atualizadas e as denúncias e pretensões de movimentos e de arqueólogos que afirmam ser possível preservar todo aquele património de uma forma diferente, contradição essa resultante da própria evolução das várias versões que a própria DGPC foi fazendo do plano da obra. Relembrou que inicialmente houve um alerta acerca da necessidade de desmonte total daqueles vestígios; que, entretanto a própria DGPC veio a público dizer que havia uma incompatibilidade entre a solução estrutural prevista e a considerada necessária garantia de estabilidade do monumento nacional com a preservação da totalidade dos vestígios islâmicos; e que posteriormente a DGPC veio dizer que o projeto atual permitia a preservação integral dos vestígios arqueológicos. Nesse sentido, perguntou se a intervenção que está a ser feita de acordo com o planeado permite ou não a preservação integral dos vestígios arqueológicos, qual foi o património afetado pelas obras em curso, o que é que se salvou e o que é que se perdeu ao longo da intervenção realizada.

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Por outro lado, questionou o Senhor Diretor Geral no sentido de saber se foi ou não estabelecido um diálogo com os arqueólogos a trabalhar nas escavações e se foram acolhidas as suas opiniões às alterações entretanto introduzidas, de que forma é que a futura classificação deste património foi afetada pelas obras feitas e porque é que houve tanta resistência a alterar o projeto de forma a preservar os vestígios que iam sendo encontrados.

Perguntou se era possível garantir uma saída de emergência sem ser através do recurso ao piso -1 e porque é que houve tanta resistência à publicitação dos vários pareceres que foram sendo pedidos, designadamente o parecer do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

O Senhor Deputado Rui Tavares (L) perguntou se era ou não possível quantificar todo o património destruído até agora, sendo esse um dos aspetos mais relevantes a sublinhar.

Quanto à musealização de todo este património, e embora as pessoas possam vir a ter uma certa proximidade em relação aos vestígios, a zona em causa «comprime» um pouco, isto é, as pessoas vão perder a noção do que era aquele edifício à época. Nesse sentido, perguntou ao Senhor Diretor Geral se relativamente a esta questão em concreto há espaço para um debate público.

O Diretor Geral do Património Cultural respondeu, no final de cada intervenção, a cada um dos Senhores Deputados, tendo dito, nomeadamente, que a obra deste edifício classificado como monumento nacional é muito delicada e complexa; que as obras de requalificação dos claustros da Sé Patriarcal de Lisboa devem terminar no primeiro trimestre de 2023; que é urgente que as obras terminem, manifestando a sua preocupação com a estabilidade da estrutura face ao elevado risco sísmico; que todas as estruturas arqueológicas encontradas, islâmicas ou romanas, tão bem e devidamente preservadas; que a escavação arqueológica já está concluída; que,

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

relativamente ao projeto inicial, houve enormes alterações, tendo a presença do betão diminuído muito, dando lugar aos vestígios arqueológicos; que a área técnica prevista diminuiu e mudou de localização e que, em vez de ar condicionado, optou-se apenas por tratamento e renovação de ar; que a área técnica não colide com a zona, a que se chama dos arquinhos; que a classificação dos vestígios não é urgente, lembrando que estes se encontram num espaço já classificado como Monumento Nacional na sua totalidade e que os mesmos nunca estiveram tão bem preservados; que todos os vestígios islâmicos e medievais encontrados serão preservados; que está em estudo, no projeto de musealização, uma forma de realçar os graffiti encontrados no muro islâmico; que piso -1 foi alterado de modo a se visualizar as estruturas arqueológicas e que o piso -2 vai favorecer a própria estrutura arqueológica, permitindo ao visitante percorrê-la como se caminhasse numa rua; que os atrasos nas obras de restauro e valorização da Sé de Lisboa podem significar a devolução de 1,936 milhões de euros de fundos comunitários; e que não se pode andar constantemente a fazer mais alterações, sobretudo porque a última alteração efetuada protege integralmente o património que se quer.

Na segunda ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Alexandre Poço (PSD) e Rui Tavares (L), tendo o Diretor Geral do Património Cultural respondido, no final, a todas as questões colocadas."

V – Opinião do Relator

Considera o ora signatário não dever, no presente relatório, emitir qualquer juízo de valor sobre a pretensão formulada pelos peticionários, deixando essa faculdade ao critério individual de cada deputado.

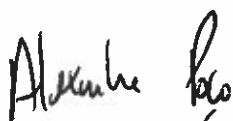
VI - Conclusões

Face ao exposto, a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto emite o seguinte parecer:

1. O objeto da petição é claro e está bem especificado, encontrando-se devidamente identificados os peticionários. Estão preenchidos os demais requisitos formais e de tramitação;
2. Atendendo ao número de subscritores, a petição não é de apreciação obrigatória em Plenário;
3. Deve ser dado conhecimento da Petição n.º 38/XV/1.ª e do presente relatório a todos os Grupos Parlamentares e DURP, para eventual exercício do poder de iniciativa nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º do RJEDP.

Palácio de São Bento, 09 de dezembro 2022

O Deputado Autor do Parecer



(Alexandre Poço)

O Presidente da Comissão



(Luís Graça)